

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A PROBLEMATIZAÇÃO DA CATEGORIA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO PARA APREENSÃO DAS NOVAS DETERMINAÇÕES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS

Jackeline da Silva Moura¹
Maria D'Alva Macedo Ferreira²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir a categoria precarização do trabalho e a sua pertinência para analisar as determinações contemporâneas do trabalho dos assistentes sociais na Política de Assistência Social. Na contemporaneidade, a precariedade e a precarização se encontram no epicentro das discussões sobre as transformações no mundo do trabalho, o que evidencia a importância de debatê-las para apreender as mudanças estruturais conduzidas pelo capitalismo na sociedade contemporânea. No esforço analítico de discutir como esta categoria comparece nos estudos da sociologia do trabalho e a sua pertinência para analisar as novas determinações ao trabalho do assistente social na Política de Assistência Social, o presente trabalho encontra-se articulado em dois momentos distintos: a) inicialmente é feito um balanço teórico-crítico destas categorias na literatura francesa e brasileira, partindo principalmente dos estudos de Barbier (2002; 2005) e Druck (2009) e b) em um segundo momento, considerando o assistente social enquanto trabalhador assalariado, faz-se uma reflexão da precarização do trabalho na Política de Assistência, utilizando como suporte teórico os estudos de Raichelis (2010; 2013).

Palavras-Chave: Precarização do Trabalho. Assistente Social. Política de Assistência Social.

1 INTRODUÇÃO

Estudos teóricos mais sistematizados referentes às categorias precariedade e precarização encontram seus fundamentos na sociologia do trabalho francesa, cuja importância adquiriu notoriedade nos estudos das ciências sociais, que, pela importância, constitui-se, desde a década de 1970, como área específica do conhecimento.

Dado um processo de imprecisão analítica, os estudiosos franceses vincularam o termo as transformações do mercado de trabalho francês, em vista aos efeitos corolários da crise estrutural do capital nos anos 1970. No Brasil, os pesquisadores a vinculam, a exemplo dos franceses, para qualificar as mudanças contemporâneas no trabalho. Partem do pressuposto

¹ Estudante de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Doutorado) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Graduada em Serviço Social pelo Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (2012). Email: mourajacke@gmail.com

² Professor da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: mdalvaferreira@uol.com.br

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



crítico de que a precarização tem em seu cerne nas estratégias adotadas pelo capital para saída da crise.

Diante deste contexto, o trabalho do assistente social sofre os rebatimentos da precarização do trabalho em seus espaços sócio-ocupacionais, principalmente na Política de Assistência Social. Não desconsiderando o avanço obtido pelo assistente social no que se refere à ampliação dos seus espaços de trabalho junto a esta política, é necessário apreender as condições e relações de trabalho a que estes profissionais se encontram submetidos, considerando o avanço na precarização do trabalho nesta política.

O desenvolvimento analítico desta construção teórica parte de uma pesquisa bibliográfica, que à luz de autores contemporâneos³ analisam a precarização do trabalho a partir da sociologia do trabalho e a compreensão da precarização do trabalho do assistente social na Política de Assistência Social. Para a consecução do objetivo estabelecido, delineou-se o seguinte itinerário metodológico: 1) definição do conjunto categorial a ser discutido e 2) exploração sistematizada das análises desenvolvidas pelos autores selecionados para discussão.

A argumentação teórica encontra-se esboçada em dois eixos de análise, que fazem parte das seções teóricas deste ensaio, acrescidas da introdução e considerações finais. No primeiro momento será discutida a categoria precarização do trabalho Barbier (2002; 2005) e Druck (2009) e b) em um segundo momento, discute-se a precarização do trabalho na Política de Assistência, utilizando como suporte teórico os estudos de Raichelis (2010; 2013).

2 A COMPREENSÃO DA PRECARIÉDADE E DA PRECARIZAÇÃO: a problematização das categorias na sociologia do trabalho francesa e brasileira

Para Barbier (2002) precariedade na literatura sociológica francesa, adquire quatro significados distintos: 1) inicialmente, o termo passa a fazer parte do vocabulário acadêmico francês vinculado à análise da condição social das famílias pobres; 2) em seguida, o termo passa a ser associado para caracterizar as novas formas e relações de emprego que emergiram

³ Cabe advertir que grande parte das referências de Barbier (2002;2005) parte de autores clássicos, sendo que grande parte deles foram analisados a partir dos estudos do autor.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



a partir da década de 1970; 3) no início da década de 1980, o termo passa a fazer parte do discurso político francês e comparecendo na legislação trabalhista e 4) por último, o termo precariedade tem sido utilizado para designar o risco e a situação de incerteza decorrente do emprego.

A diferença dessa utilização reside, fundamentalmente, na investigação desse processo de precarização do trabalho e sua implicação no contexto societário, pois os pesquisadores dessa vertente identificam que a precarização assume conotação social. Segundo Barbier (2002), a precariedade passa a qualificar propriamente o trabalho a partir das obras de Schanaper (1981; 1989), Paugam (1993; 2000) e Castel (1995; 2011)⁴, para quem a precariedade estava intimamente relacionada aos tipos de emprego e aos postos de trabalho. Na concepção destes autores, o trabalho aparece como um elemento central de coesão social e a precariedade denota um processo de fragilização do emprego, devido à expansão das “formas atípicas de trabalho”⁵. Na concepção de Vargas (2012, p. 4):

é no âmbito da sociologia do trabalho, sobretudo a partir dos anos noventa que os estudos sobre a “precarização do trabalho” vão se multiplicar, identificando nas formas de gestão e organização do trabalho os fundamentos de um processo mais profundo de fragilização da classe trabalhadora. A “precarização do trabalho” estaria na origem, pois, de um processo mais profundo de fragilização da classe trabalhadora.

Destarte, conforme salienta Barbier (2002) o termo passou a ser utilizado para qualificar as mudanças no mundo do trabalho à medida em que se ampliavam as transformações ocorridas no capitalismo mundial nas décadas de 1970-1990. A partir deste período, o modo de produção capitalista vivenciou uma crise totalmente diferente das demais pela qual já passara, sendo caracterizada por Meszáros (2004) como estrutural, pois modificou

⁴Listamos algumas das obras citadas por Barbier (2002): a) Schanaper: “O calvário do desemprego” e “Relação ao emprego, a proteção social e status social”; b) Paugam: “A insegurança e o risco da exclusão na França” e “O funcionário da precariedade”; c) Castel: “A metamorfose da questão social: uma crônica do trabalho assalariado”.

⁵Essas formas atípicas de trabalho (termo utilizado por Castel), se refere à expansão dos contratos de trabalho por tempo determinado, os trabalhos à domicílio, a ampliação dos estágios no lugar de trabalho efetivo, dentre outros. Todas estas novas formas de regulação do trabalho que surgem com o advento do neoliberalismo e que constituía uma nova realidade na França estudada pelos autores em questão, fazendo com que estes autores passem a designar esses processos como precariedade e precarização do trabalho.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



toda a estrutura do sistema do capital, atingindo toda a humanidade em suas bases e processos civilizatórios.

Os efeitos da crise na sociedade francesa da época fizeram com que a mesma passasse por um processo de reestruturação dos espaços e relações de trabalho, principalmente no tocante à flexibilidade e condição salarial. Conforme explica-nos Barbier (2002, p. 25):

A precariedade está intimamente ligada a um dos seus antônimos, "inserção", usado no início (a partir de 1975) para designar a integração no mercado de trabalho (ou, por meio de atividades de trabalho) de determinadas categorias (pessoas com deficiência, os jovens). Posteriormente, a noção de inserção tornou-se muito polissêmico e deu à luz todos os tipos de "inserção".

Nas formulações de Schanaper (1981) apud Barbier (2002), a noção de precariedade estava intimamente ligada às novas formas de emprego e aos postos de trabalho. Na sua concepção, seria necessário analisar dois aspectos com relação ao trabalho: o legal, referente aos direitos e garantias conquistadas com o trabalho e o sociológico, que confere *status* a partir do vínculo de trabalho preconizado pela legislação trabalhista. De acordo com o autor, as posições sociais ocupadas pelas pessoas na sociedade estariam diretamente ligadas ao tipo de trabalho que elas exercem, bem como a proteção social dele decorrente.

Para Schanaper (1981) apud Barbier (2002), o que caracterizaria o emprego precário seria o fato de ser um trabalho sem estatuto, o que implicaria dizer que esses trabalhadores não poderiam ter as mesmas aspirações que cultivavam aqueles com vínculos formais. Neste rol, estavam inclusos: contratos a prazo, empregos temporários e outros tipos de vínculos trabalhistas.

Outro autor, conforme Barbier (2002), que aborda a temática é Paugam (1991; 1993; 2000), cujos estudos relacionavam as mudanças ocorridas no mercado de trabalho e seus vínculos com a pobreza. Para o autor, no núcleo central das transformações sociais ocorridas na sociedade francesa da época, estava a deterioração do mercado de trabalho, cuja resultante mais evidente se encontrava no aumento nas taxas de desemprego. Nesse sentido, uma das principais consequências desse processo, consistia na fragilização dos vínculos sociais dentro das famílias e no interior das classes. Entretanto, na sua acepção, o desemprego possuiria maior destaque, considerando ser ele o principal responsável pela exclusão dos grupos sociais.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Nesse sentido, para Barbier (2002) nos trabalhos de Paugam, a noção de precário se liga de forma direta ao trabalho, principalmente nos contratos de trabalho atípicos. Para o autor, desde a década de 1970, período de crise capitalista, o trabalho vem passando por um processo de precariedade, por meio da adoção das estratégias de flexibilização por parte das empresas. Desse modo, a precariedade não atingiria a todos os grupos de trabalhadores igualmente, havendo aqueles em que esta precarização se daria de forma mais acentuada, como por exemplo: os estagiários e os contratados por tempo determinado.

Dentre os autores estudados por Barbier (2002), Castel (1995) em seu livro “As Metamorfoses da Questão Social”, ofereceu um importante quadro de análises para a compreensão da realidade francesa. Na discussão da precarização encabeçada por Castel (2011), está presente, sobretudo, a derrocada da sociedade salarial, que consistia em ser:

sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção e sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio (BARBIER, 2002, p. 285).

Para Castel (2011), a sociedade salarial desenvolveu todas as garantias e direitos tomando por referência o trabalho, pois os incluídos na mesma possuíam um *status*, que não se referia à posse de bens, mas sim ao reconhecimento social decorrente do mesmo. Assim, o desmonte da mesma se vincularia com a corrosão do estatuto assalariado, por meio da redefinição das formas de acesso ao mercado de trabalho, considerando a ampliação das formas de trabalho atípico.

No contexto francês analisado por Castel (2011) apud Barbier (2002), no início dos anos 1990, a principal mudança no mercado de trabalho se referia à flexibilidade, principalmente no que dizia respeito à legislação trabalhista. O autor averigua a ampliação do número de trabalhadores com contrato por tempo de trabalho determinado ou sem contrato de trabalho, o que era inversamente desproporcional dado à realidade anterior do país.

Na sua análise da precariedade do trabalho, Castel (2011) privilegia a dimensão do trabalho como sendo um estatuto assegurado pelos direitos sociais e trabalhistas e que a perda do mesmo evidenciaria um processo de precarização. Nos seus estudos, comparece a questão

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



da desfiliação social que tem como pressuposto o aumento crescente do desemprego estrutural e à fragilização da relação salarial.

No que se refere a produção teórica da sociologia do trabalho brasileira, constata-se que ela comparece de forma contumaz nas publicações de Alves (2013; 2014), Druck (2009) e Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010) e Antunes (2013)⁶, ainda que esse último não se dedique de forma aprofundada como os demais autores mencionados. Apesar de partirem de distintos eixos analíticos, destaca-se um ponto de encontro em seus posicionamentos: para os autores, os fundamentos da precarização do trabalho não se encontram presentes em falhas produtivas ou na inadequação das formas de regulação do trabalho. Ao contrário, a precarização foi um processo desencadeado a partir dos ajustes promovidos pelo sistema do capital, na tentativa de superar a crise do sistema fordista cujos resultados, por conseguinte, desenvolveu uma nova forma de gestão do trabalho, baseada na flexibilização e precarização.

A principal modificação pela qual esse sistema passou diz respeito ao modelo de acumulação vigente, a *acumulação flexível* (HARVEY, 1996), cujos fundamentos caracterizam o capitalismo hodierno. Conforme Druck (2009), a titulação *flexível* já denota a agilidade dos processos transformativos que este novo padrão de acumulação irrompeu, cujos impactos foram mais significativos na esfera do trabalho. As estratégias que alicerçam essa nova fase de acumulação se relacionam com as medidas desenvolvidas pelo capital para a saída da crise do fordismo.

Portanto, se fazia necessário enfraquecer estes fundamentos e a saída mais eficiente foi através dos pressupostos da acumulação flexível, cujos pilares se diferenciam daqueles da regulação fordista. Dentre as alterações suscitadas por este novo padrão, a mais significativa foi investida contra o trabalho organizado nos anos áureos do capitalismo. Portanto,

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado (DRUCK, 2007, p. 06).

⁶ Muito embora os autores mencionados tenham uma vasta e importante produção teórica a respeito do tema que estamos tratando, destaca-se que nesta construção serão apresentadas apenas as formulações de Druck (2009) e Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010) pois elas compreendem o objetivo deste trabalho.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Nessa nova fase de alterações, o setor financeiro exerceu preponderância, espraiando suas práticas a diversos setores e exercendo influência sobre o conjunto dos assalariados, fundamentalmente sobre aqueles da esfera produtiva. Para a consolidação destas mudanças, o Estado desenvolveu papel central na desregulamentação dos mercados e na instauração da flexibilização do trabalho, cujos contornos diluíram a linha que separava os trabalhadores que tinham seus direitos baseados naqueles da era fordista.

Conforme Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010), a lógica da acumulação flexível transmutou-se para os ambientes de trabalho, ocasionando expressivas mudanças nas suas formas de exercício. Nestes ambientes, as expressões destas modificações se manifestaram por meio da desregulamentação do trabalho, da vigência de formas precárias de seu exercício, no aumento do adoecimento dos trabalhadores. Nesse sentido, a precarização do trabalho:

É um processo complexo, pois mantém a relação capital/trabalho em sua essência, ao tempo em que transmuta as suas formas de existência. Ou seja, forja mudanças epidérmicas, de superfície, através de diferenciados estatutos de trabalhadores que camuflam a relação essencial capital/trabalho, confundindo as figuras sociais básicas representativas – empregado e empregador – que norteiam a vigência e a aplicação das leis trabalhistas. Neutraliza e anula a *regulação social do trabalho* (com a consequente perda de direitos conquistados pelos movimentos sociais anteriormente), naturalizando o trabalho precário, banalizando a injustiça social e a violência no trabalho (principalmente, a violência psicológica). Dissemina uma era de precarização social e de trabalho socialmente desagregador, terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos, configurando o trabalho patogênico. A precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões (DRUCK, FRANCO E SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 2 grifos dos autores).

Dessa forma, a flexibilização inaugurou uma nova temporalidade para as relações de trabalho, em que as reestruturações do capital para a saída da sua crise nos anos 1970, desencadeou novas configurações nessa área, seja no nível das relações ou no exercício do trabalho. À vista disso, essas mutações conformam a aparência da precarização do trabalho no tempo presente, pois se considera que ações lançadas para a saída da crise do fordismo ainda vigem na atualidade, mesmo que acentuada pelos ajustes do capital para contornar os efeitos de sua crise estrutural (DRUCK, 2009).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Buscando identificar indicadores sobre a precarização do trabalho no Brasil, Druck (2009) em pesquisa realizada em todo país, utilizou-se de dados qualitativos e quantitativos⁷ que pudessem evidenciar as características mais significativas da precarização do trabalho em todo o país. Em suas produções, o conceito de precarização ganha relevância, entendendo-a:

Precarização Social do Trabalho compreendida como um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem (DRUCK, 2007, p 19-20 apud DRUCK, 2009, p. 05. Grifos do autor).

Assim, concebe-se que a precarização do trabalho é um fenômeno para além do trabalho, pois possui efeitos na área econômica, política e social, ao tempo em que ela repõe novas questões à precarização do trabalho no Brasil, tendo em vista as particularidades da nossa formação sócio-histórica (DRUCK, 2009).

Por se fazer presente em quase todos os espaços da vida social, a precarização se apresenta de forma multidimensional, que, segundo Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010), manifesta-se nos seguintes níveis: 1) Nos vínculos e relações contratuais; 2) Na organização e nas condições de trabalho; 3) A precarização da saúde dos trabalhadores; 4) Na fragilização e na valorização simbólica e 5) Na representação e organização coletiva.

Como apreender as dimensões da precarização do trabalho para pensar as novas determinações postas ao assistente social na Política de Assistência Social? Observa-se que o trabalho do assistente social integra a complexa dinâmica da precarização do trabalho no

⁷ Para construção dos dados quantitativos, a autora utilizou-se de bases de dados de instituições oficiais do Estado, cuja socialização de pesquisas realizadas estão disponíveis à população, como, por exemplo, IBGE, Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Justiça do Trabalho (JT), do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e DIEESE – e (b) as bases de dados que reúnem resultados de pesquisas qualitativas, individuais e coletivas, cujos estudos são locais, setoriais, de casos específicos, e conseguem traduzir situações variadas de trabalho, de emprego e de desemprego, que as estatísticas, por serem classificações padronizadas e codificadas, não podem revelar. É o caso de publicações individuais de resultados de projetos, de teses e dissertações, que apresentam a diversidade regional, setorial e de diferentes segmentos de trabalhadores, bem como das suas diferentes inserções e condições de trabalho (DRUCK, 2009, p. 03).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



contexto contemporâneo e que adquirem concreticidade no devir histórico. Nesse sentido, as dinâmicas das políticas públicas se alteram de acordo com a complexidade organizacional, ao tempo em que se ampliam as estratégias de apropriação privada do fundo público.

Diante do exposto, o tópico seguinte buscará discutir as dimensões da categoria precarização do trabalho e sua aplicabilidade na análise das novas determinações postas ao trabalho do assistente social na Política de Assistência Social. Desde a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e da sua regulamentação a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, evidencia contradições, pois ao tempo em que se afirmou-se como política pública e efetivou mecanismos de organização, profissionalização e financiamento da política, registra-se um processo de precarização do trabalho dos profissionais que a compõem.

2 AS DIMENSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: gestão, condições e relações de trabalho

A realidade de precarização do trabalho que incidem sobre os trabalhadores do SUAS, em especial os assistentes sociais, deve ser analisada não apenas pela evolução dos instrumentos de gestão, mas a partir do entendimento que as transformações no mundo do trabalho é um processo complexo, multifacetado e que teve seus reflexos não apenas sobre a classe operária de base fordista. Ao contrário, foram mudanças que atingiram todo o conjunto os grupos sociais que vivem do trabalho e os assalariados como um todo. (RAICHELIS, 2011).

Desta feita, a análise do trabalho do assistente social deve ser realização a partir da mediação com a conjuntura histórica de transformações no mundo do trabalho, apreendendo as determinações que se apresentam no contexto contemporâneo. Nesta perspectiva, a análise da categoria precarização do trabalho conforme desenvolvido no tópico inicial, permite apreender as novas configurações contemporâneas da precarização no trabalho do assistente social, principalmente no âmbito da Política de Assistência Social.

As reflexões sobre a precarização de trabalho nesta política social parte de reflexões a respeito do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, onde buscou-se identificar nas

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



literaturas referentes a este tema, as formas assumidas que a precarização assume. A realidade de precarização na Política de Assistência Social evidencia, principalmente, a fragilização das relações e condições de trabalho, mesmo com ampliação e expansão dos postos de trabalho para os assistentes sociais.

Uma primeira dimensão da precarização do trabalho que desponta no âmbito da Política de Assistência está relacionada aos “*vínculos e relações contratuais*”, considerando que a admissão de trabalhadores ocorre, na maioria das vezes, por meio de indicação, processos seletivos, licitação. Apesar dos dados abaixo demonstrarem que os servidores com vínculo estatutário ainda são a maioria, houve um aumento significativo de trabalhadores, cujos vínculos contratuais os impossibilitam de exercerem seus direitos trabalhistas:

A realidade atual de precarização do trabalho assalariado no SUAS é revelada ainda pelos dados relativos à estrutura trabalhista por vínculo empregatício: apesar de não serem identificadas grandes mudanças em relação aos dados de 2005 (a maioria continua sendo composta por servidores estatutários), a maior elevação foi detectada entre os trabalhadores sem vínculo permanente, que em 2005 totalizavam 34.057 pessoas, ampliando para 60.514 em 2010, ou seja, um aumento de 73,1%; também os trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sofreram um decréscimo, de 12,8% em 2005 para 8,5% em 2009 (RAICHELIS, 2011, p. 47).

Nesse sentido, depreende-se um traço característico da precarização do trabalho nesta política se apresenta na subcontratação e fragilização dos vínculos profissionais. Esta constatação é significativa ao analisarmos o processo expansionista desta política nos últimos anos, configurando o que Santos (2010) denominou de “interiorização” dos espaços sócio-ocupacionais na Política de Assistência Social. A sua ampliação nos municípios, propiciou um processo de aligeiramento de contratação de profissionais que a operacionalizassem política, o que possibilitou a contratação de profissionais, não pela via do concurso público, como preconiza a NOB-RH/ SUAS (2006).

Tal quadro evidencia “a não obediência dos direitos trabalhistas nos vínculos de trabalho configura a supressão do acesso à proteção social do próprio trabalhador” (NERY, 2009, p. 96). Deste modo, a precarização das relações de trabalho via subcontratação ou formas atípicas impactam diretamente na falta de continuidade do trabalho desenvolvido nesta

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



política, tendência que se interliga diretamente a outra dimensão da precarização, aquela relativa “*a organização das condições de trabalho*”.

Conforme Paula (2014), avaliar os processos de organização e gestão do trabalho no SUAS requer que consideremos que ele não se encontra distante das

sequelas dos processos de contrarreforma do Estado, praticada no Brasil nos anos 1990, onde a terceirização, a precarização das condições e relações de trabalho, os cargos-largos, etc, foram a tônica. São constantes as críticas no que toca as péssimas condições de trabalho encontradas no Brasil afora nas entidades socioassistenciais, sejam estatais como os CRAS e CREAS [...] (PAULA, 2014, p. 70).

No âmbito do SUAS, os espaços sócioocupacionais se caracterizam pela falta de estrutura gerencial, baixo nível de qualificação dos recursos humanos, inexistência de espaços de trabalhos que garantam o exercício ético da profissão, a existência de rotinas administrativas descontinuadas pela falta de recursos financeiros, operacionais ou de pessoal, tendo em vista que a maioria dos municípios são dependentes do repasse dos recursos federais e estaduais para a manutenção dos serviços (GUERRA, 2009).

Entendemos que as dimensões da precarização do trabalho se interligam, pois, os processos por ela desencadeados possuem reflexos na sua gestão como um todo. Dessa forma, como sumariamos em linhas anteriores, a forma pela qual o trabalho se organiza pode, em maior ou menor escala, interferir na saúde dos trabalhadores, configurando a dimensão da “*precarização da saúde dos trabalhadores*”. Dados referentes a esta questão no SUAS ainda são parcos, pois se trata de um tema pouco abordado no universo profissional. Contudo, neste âmbito, a dimensão da precarização do trabalho que analisamos anteriormente, exerce uma forte influência, pois o assistente social consolidou sua formação embasada por princípios éticos, mas é impedido de aplicá-la quando se depara com a falta de estrutura, de recursos, a incapacidade de exercer sua prática profissional dentre outros (RAICHELIS, 2013).

Ainda no que se refere às condições de saúde dos assistentes sociais que atuam no SUAS, devemos dedicar especial atenção para os processos de intensificação do trabalho a que estão sendo submetido estes trabalhadores, característica que vem se fazendo cada vez mais presente no funcionalismo público brasileiro: “constata-se assim que também na esfera estatal está em plena construção a ideologia da gerência e da qualidade total, do erro zero, do

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



trabalho a tempo justo, da eficiência das metas e dos resultados”. (DAL ROSSO, 2008, p. 188 apud RAICHELIS, 2011, p. 28).

No âmbito do SUAS, o trabalho assalariado do assistente se encontra submetido a processos de intensificação do trabalho que seguem quase a mesma lógica das empregadas no setor privado, ainda que os profissionais não percebam o quanto isso impacta sua atividade. Raichelis (2011) aponta que muitas estratégias de intensificação do trabalho são potencializadas pelo uso da tecnologia, requalificando o conteúdo da tarefa do assistente social. Outras práticas também são expressivas no processo de intensificação, como: o produtivismo, o número exagerado de reuniões a qual o assistente social tem que participar e promover, o aumento no número de visitas domiciliares, o preenchimento de cadastros, planilhas eletrônicas dentre outros.

É por meio da compreensão destas estratégias que ainda que pareçam insignificantes, exercem impacto na saúde dos profissionais, pois mesmo que na contemporaneidade não sejam tão evidentes os fatores que desencadeiam desgaste, sofrimento e adoecimento como anteriormente, a agressão ao trabalhador ocorre por meio do estabelecimento de relações, práticas e também, as condições materiais para o seu exercício.

Nesse sentido, a morbidez que acompanha os processos de reestruturação e que atingem aos trabalhadores na atualidade difere qualitativamente daquela que impactavam os trabalhadores na época da Revolução Industrial ou de tempos anteriores. Na atualidade, os novos mecanismos de gestão incluídos nos processos de trabalho desencadeiam outros problemas que relacionam a saúde dos trabalhadores que quase sempre não são considerados como provenientes do trabalho. Assim, o desgaste e o sofrimento quase nunca aparecem associados ao trabalho (LOURENÇO, 2014).

Evidencia-se os desafios postos aos profissionais nesta política social, que ao ocuparem postos de trabalho com vínculos precários, reforçam a tendência da precarização do trabalho que recai sob o conjunto de trabalhadores. O vínculo de assalariamento repõe novas e antigas questões na Política de Assistência Social, como por exemplo: a insegurança, o acúmulo de trabalho, as determinações exigidas pela burocratização profissional o que impacta diretamente na organização destes profissionais.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



4 CONCLUSÃO

A compreensão do trabalho do assistente social deve ser mediada pelo contexto de transformações sociais que assolam o trabalho na contemporaneidade, apreendendo que estas estabelecem um conjunto de implicações ao contexto societário. Este universo de transformações societárias desencadeadas pelo modo de produção capitalista tem por finalidade contornar e minimizar os efeitos de sua crise estrutural, e que acaba recaindo, mesmo que de modo diferenciado, sobre o conjunto dos trabalhadores assalariados incorporados no mercado de trabalho e não apenas daqueles que estão diretamente

O processo de expansão da política de assistência social no Brasil vem acompanhado de uma ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais nos municípios brasileiros, o que ocorreu, de forma contraditória, acompanhado da precarização do trabalho dos assistentes sociais que atuam junto a esta política social. As condições de trabalho a que estão submetidos estes profissionais seguem as atuais tendências da precarização dos trabalhadores em gerais, estando sujeitos a flexibilização nas formas de contratação, os processos de intensificação do trabalho e os diversos elementos de gestão da política que acabam por incidir no universo profissional. Dessa forma, percebe-se que o atual quadro sócio-histórico atravessa o cotidiano profissional, interferindo nas condições e relações de trabalho na qual este profissional atua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, JEAN-CLAUDE. *A Survey Of the Use of the Term précarité in French Economics and Sociology*. In: **Document de Travail**, França Nº 19, 2002. Disponível em: <http://www.cee-recherche.fr/sites/default/files/webfm/publications/docdetravail/19-precarite-France.pdf> . Data de acesso: 17 de Julho de 2015.

_____. *La précarité, une catégorie française à l'épreuve de la Comparaison internationale*. In: *Revue française de sociologie*, France, 2005. ISSN 0035-2969. Disponível em: http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=RFS_462_0351.

<p>VI seminário CETROS CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p>	

social. In: **Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição Necessária**. -- Brasília, DF: MDS ; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Processo de trabalho e saúde dos assistentes sociais que atuam nos serviços de Seguridade Social no Brasil**. Franca, 2014 (Mimeo).

NERY, V. B. O trabalho dos assistentes sociais e psicólogos na política de Assistência Social: saberes e direitos em questão. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica-SP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17987>. Data de Acesso em: 12 de Janeiro de 2016.

SANTOS, Maria Betânia Jales. A interiorização e a expansão dos espaços sócioocupacionais do Serviço Social no RN (2004-2008): um estudo das competências profissionais. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9465> Data de acesso: 12 de Janeiro de 2016.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. A conjuntura de desafios para gestão do trabalho no SUAS: entre a emancipação e a barbárie? In: **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios**. BRISOLA, Elisa Maria Andrade e SILVA, André Luiz da (orgs). Taubaté-SP, Cabral Editora e Livraria Universitária, 2014.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.107. p. 450-473. São Paulo, Cortez Editora, julho/setembro, 2011.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 116, p. 609-635, São Paulo, Cortez Editora out./dez. 2013.

VARGAS, Francisco E. B. Trabalho, Emprego, Precariedade: Os contornos incertos de um objeto de investigação. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/Artigo-FEBVargas-EICS-III-2012.pdf>. Data de acesso: 17 de Julho de 2015.